

As violações de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais no Brasil e as ameaças às comunidades, movimentos sociais, organizações não governamentais e Igreja Católica no contexto do novo Governo

O modelo mineral brasileiro demonstra-se cada vez mais uma ameaça às populações e territórios

Em 25 de janeiro de 2019, a queda da barragem 1 da mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A., em Brumadinho (MG), vitimou 197 pessoas, deixando ainda outras 111 desaparecidas. Pelo menos 17 municípios cortados pelo rio Paraopeba receberam os rejeitos de minério da barragem que se rompeu.

Este desastre, que os bispos de Belo Horizonte definiram “homicídio coletivo” e que consideramos um crime ambiental, repete uma tragédia acontecida pouco mais de três anos antes, em 05 de novembro de 2015, em Mariana (MG). As empresas Vale e BHP Billiton, proprietárias em *joint venture* da mineradora Samarco, estiveram envolvidas no rompimento da barragem de Fundão, que matou 19 pessoas e impactou populações urbanas, camponesas, pescadores e indígenas (etnias Tupinikim, Guarani e Krenak), porque o rejeito de minério poluiu a inteira bacia do Rio Doce, percorrendo 600 km e chegando ao Oceano Atlântico.

O Estado brasileiro, por duas vezes, demonstrou incompetência na garantia de proteção dos direitos humanos e ambientais dos atingidos pela exploração minerária, bem como na fiscalização o cumprimento dessas normas e responsabilização das empresas que não as cumprem.

As empresas privadas não estão realizando um processo de *due diligence* completo e abrangente, que identifique todos os possíveis impactos e estabeleça medidas de prevenção, mitigação e reparação.

Existe uma conivência entre os planos estratégicos do Estado em amplificar ao máximo os ritmos e taxas de exploração mineira, intensificando o modelo extrativista, e os interesses das mineradoras, buscando flexibilidade nas condições de licenciamento ambiental e fiscalização.

Nas palavras de Raquel Rolnik, Relatora Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada entre 2008 e 2014, “o problema é que todo o sistema – tanto de licenciamento, quanto de reparação quando da ocorrência de desastres, são 100% controlados pelas empresas em suas relações com os governos. Ou seja, os atingidos, seja por obras ou atividades como a mineração, seja pelos impactos e desastres que estas provocam, não têm nenhuma voz, nenhuma vez em todo o processo”.

Uma Audiência Temática sobre as violações provocadas pelo Estado brasileiro no tocante ao setor minerário foi solicitada por diversas entidades do País à CIDH, por ocasião do 172º período de suas Sessões.

O Governo prevê ampliar a fronteira de expansão extrativista

Na contramão das evidências de insustentabilidade e de incapacidade de gestão deste modelo, o governo brasileiro pretende ampliar a mineração, liberando seu acesso também em áreas indígenas e nas zonas de fronteira¹. Conforme recente publicação do Instituto Socioambiental, atividades de mineração são consideradas alto fator de risco para 30% das Terras Indígenas na Amazônia, e 83% destas terras podem ser afetadas por empreendimentos já planejados no interior ou entorno delas.

¹ <https://www.valor.com.br/empresas/6145777/ministro-diz-que-governo-planeja-liberar-mineracao-em-terras-indigenas>

O presidente eleito proclamou que nenhum centímetro quadrado a mais de terras indígenas será demarcado. Mesmo se a Constituição Federal Brasileira impôs um prazo de 5 anos para a conclusão da demarcação de todas as terras indígenas, passados 30 anos ainda há 847 terras indígenas (64% do total das TIs) com alguma providência a ser tomada pelo Estado brasileiro². Delas, 135 TIs estão somente aguardando portaria declaratória, homologação ou registro, tendo sido reconhecidas como território tradicional pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Esvaziamento dos órgãos de proteção dos povos tradicionais

Para garantir a expansão da mineração e do agronegócio no País, em detrimento dos direitos dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, o Governo transferiu a competência para demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas da FUNAI para o Ministério da Agricultura e Abastecimento, dificultando politicamente a realização de novas demarcações e titulações³.

Ao mesmo tempo, a FUNAI foi esvaziada de outras suas competências⁴ e apensada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A Associação Juizes para a Democracia denuncia que “ao esvaziar a Funai, dela retirando atribuições, (o Governo) termina por ameaçar a própria existência da entidade, uma fundação pública, que, nesta condição, deve ter sua autonomia administrativa, patrimonial e financeira respeitadas, sob pena de se subordinar a interesses políticos-partidários de ocasião”⁵.

Ataques às organizações não governamentais, à Igreja Católica e às Pastorais Sociais

No primeiro dia de seu mandato, via medida provisória, o Presidente Jair Bolsonaro determinou entre as atribuições da Secretaria de Governo a missão de "supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar" a atuação de organizações da sociedade civil, como ONGs (Organizações Não Governamentais) e associações⁶.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão avaliou que se trata de uma iniciativa inconstitucional, porque a Constituição Federal proíbe a interferência do governo no funcionamento dessas organizações e afirma que sua criação não depende de autorização.

Uma reportagem da imprensa brasileira⁷ denunciou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem espionado cardeais brasileiros, por estarem articulando junto ao Vaticano debates em torno de uma “agenda progressista”, que podem fazer forte oposição ao governo, na Amazônia.

Para o Gabinete de Segurança Institucional, são “alarmantes” os recentes encontros de cardeais brasileiros com o papa, no Vaticano, para discutir a realização do Sínodo Especial para a Amazônia, que terá sua reunião principal em Roma, em outubro deste ano. O ministro chefe do GSI afirmou que o governo pretende “neutralizar” estas

² <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Pet-APIB-CIDH.pdf>

³ Medida Provisória 870, de 04 de Janeiro de 2019. <https://oglobo.globo.com/brasil/demarcacao-de-terras-indigenas-quilombolas-fica-com-ministerio-da-agricultura-23339955>

⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/com-esvaziamento-da-funai-lider-ruralista-tera-influencia-em-mais-de-6-mil-licenciamentos-ambientais-23325506>

⁵ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juizes-dizem-que-esvaziamento-da-funai-poe-questao-indigena-sob-logica-meramente-produtivista/>

⁶ <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/01/30/mpf-diz-que-monitoramento-de-ongs-instituido-por-governo-e-inconstitucional.htm>

⁷ https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-ve-igreja-catolica-como-potencial-opositora,70002714758?utm_source=estadao:twitter&utm_medium=link

iniciativas.

As Pastorais Sociais denunciam o aumento da violência no campo, nos primeiros meses deste ano, assim como frequentes episódios de criminalização ou ameaças às lideranças das comunidades e dos movimentos e organizações populares.

Um dos casos emblemáticos de criminalização de defensores de direitos humanos é ação penal contra o Pe. José Amaro Lopes de Sousa, em Anapu (PA).

Pe. Amaro é considerado braço direito e sucessor da missionária norte-americana Ir. Dorothy Stang, que por sua vez foi assassinada, em Anapu (PA), em fevereiro de 2005. Tanto pe. Amaro como ir. Dorothy empenharam-se em projetos de reflorestamento em áreas degradadas e na proteção dos trabalhadores rurais da região, frente ao avanço do latifúndio e na denúncia da grilagem de terras.

Pe. Amaro foi acusado injustamente⁸, permaneceu cautelarmente preso por três meses, foi solto e aguarda agora a decisão de mérito, sem poder ainda gozar plenamente de sua liberdade.

Assassinato da vereadora Marielle Franco ainda não está totalmente desvendado

Em 14 de março de 2018, foi assassinada no Rio de Janeiro a vereadora Marielle Franco (PSOL), juntamente com seu motorista Anderson Pedro Gomes. Somente após um ano de investigações foram presos os primeiros dois suspeitos do assassinato.

Ainda não estão claras as motivações do crime, nem seus mandantes. Há porém fortes suspeitas do envolvimento de milícias e políticos no esquema do assassinato.

A sociedade civil clama por rápidas e eficazes investigações e solicita uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o funcionamento das milícias no Rio de Janeiro.

⁸ A REPAM e a Front Line Defenders realizaram uma missão em Altamira e Anapu (PA) e publicaram um Relatório de Missão que fundamenta estas afirmações. <http://repam.org.br/?p=953>